

Literatura e antirracismo no ensino fundamental:

Valorização da identidade negra

Marco Aurélio Correa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro; SME-Rio

Marcelha Quintiliano Pereira

SME-Rio

Nayara Batista da Cruz

SME-Rio

RESUMO

O presente trabalho propõe uma discussão sobre a importância da literatura infantil de bell hooks na construção da identidade negra de crianças de uma escola pública de ensino fundamental brasileira . A escola é uma importante instituição na luta contra o racismo. No Brasil, crianças, já na primeira infância, sentem o impacto do racismo em suas vidas, como na exclusão de espaços e no tratamento “diferenciado” (Cavalleiro, 2012). É urgente um trabalho sobre as discussões raciais nas escolas. A literatura infantil de bell hooks traz importantes aspectos para a construção da identidade negra, inspirando a transgredir com o silêncio imposto pelo racismo nas salas de aulas e a criar um ambiente antirracista, onde as diferenças são bem-vindas. Em livros como *Meu crespo é de rainha*, hooks narra como os cabelos de meninas negras são plurais entre si, com diferentes texturas, cheiros e penteados, enfatizando, assim, a diversidade que a identidade negra carrega. Esse movimento rompe com um imaginário essencialista que delimita corpos e mentes negras, sobretudo nas infâncias, em um lugar estereotipado e caricato. Fazendo uso dessas narrativas, que valorizam estéticas negras, como o cabelo, a dança e a música, temos a oportunidade de apresentar outros jeitos de se pentear, de se vestir e de se portar no mundo, valorizando a realidade de muitas crianças negras que não têm a oportunidade de se sentirem pertencentes a um ideal de beleza. hooks (2017) inspira a educação como uma prática de liberdade, ao focar na diversidade como algo contributivo à vida em comunidade.

Palavras-chave: Literatura infantil, Racismo escolar, Identidade negra.

Literature and anti-racism in elementary school: Appreciation of Black identity

ABSTRACT

The present work proposes a discussion about the importance of bell hooks' children's literature in the construction of the Black identity of children in a Brazilian public elementary school. The school is an important institution in the fight against racism. In Brazil, children feel the impact of racism in their lives already in early childhood, such as the exclusion of spaces and "differentiated" treatment (Cavalleiro, 2012). It is urgent to work on racial discussions in schools. bell hooks' children's literature brings important aspects to the construction of Black identity, inspiring people to transgress the silence imposed by racism in classrooms and to create an anti-racist environment, where differences are welcome. In books like *Happy to Be Nappy*, hooks narrates how black girls' hair is plural among themselves, with different textures, smells and hairstyles, thus emphasizing the diversity that Black identity carries. This movement breaks with an essentialist imaginary that delimits Black bodies and minds, especially in childhood, in a stereotyped and caricatured place. Making use of these narratives, which value Black aesthetics, such as hair, dance and music, we have the opportunity to present other ways of combing hair, dressing and behaving in the world, valuing the reality of many Black children who do not have the opportunity to feel belonging to an ideal of beauty. hooks (2017) inspires education as a practice of freedom, by focusing on diversity as something that contributes to community life.

Keywords: children's literature, school racism, black identity

The Authors

Marco A. Correa é doutorando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na linha de pesquisa Infância, juventude e educação, e é professor da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-Rio).

Marcelha Q. Pereira é Mestre em Ensino e Educação Básica (PPGEB-UERJ 2021). Autora do Almanaque Alfabetizador Antirracista (2021). Pedagoga (UNINTER) e Historiadora (UNIRIO). Especialista em Alfabetização e Letramento, Neuropsicopedagogia e História da África e Cultura afro-brasileira. Mestre em Ensino e Educação Básica (PPGEB-UERJ). Professora do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Vinculada à Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro como Diretora Adjunta. Pesquisadora-bolsista no departamento de ensino da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Palestrante nas áreas de Alfabetização e Educação antirracista.

Nayara B. Cruz é Mestre em Letras/Literatura Brasileira (PGL-UERJ 2022). Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (EREREBA) pelo Colégio Pedro II (2021). É Bacharela (2015) e Licenciada (2016) em Letras - Português e Espanhol (UERJ) e possui Formação de Professores/Nível Médio (2010) pelo Instituto de Educação Carmela Dutra. Atualmente, é Professora do Ensino Fundamental Anos Iniciais da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (SME-Rio) com experiência em alfabetização e práticas antirracistas.

INTRODUÇÃO

A educação é um processo natural de todas as formas de civilidade dos seres humanos. No simples ato de interação entre dois humanos já acontecem experiências de ensino e aprendizagem. Qualquer sociedade só consegue garantir a sua existência por outras gerações por causa dos processos educativos. É na troca do aprender e do ensinar que valores, hábitos, tradições, culturas e conhecimentos se perpetuam através da história da humanidade. É nessa partilha de sentidos que as comunidades se definem e desenvolvem.

O ato de se inscrever no mundo é uma forma de criar símbolos e formas que produzem um conjunto de sentidos que compõem o ser humano. A literatura, como também a narração oral, é uma das formas primordiais de processos educativos entre seres humanos. É no ato de ler códigos grafados, ou vocalizados, que novas gerações interpretam, assimilam e recriam saberes e conhecimentos. Como também, é no ato de criar seus próprios conjuntos de signos letrados que as novas gerações se inscrevem no mundo e na cultura escrita.

Com a história recente das sociedades capitalizadas desde a Idade Moderna, a educação acaba funcionando como uma estrutura de reprodução das éticas e normas dentro da lógica da produção econômica e do mercado. É nesse contexto que nasce a instituição escola como conhecemos hoje em dia, que forma cidadãos para o bem funcionamento desse modelo social. Esse paradigma de educação pensa nos processos educativos de forma bem mais pragmática, pensando mais na ação do liberalismo do que no próprio desenvolvimento individual das potencialidades de cada estudante.

A literatura, histórias tradicionais e narrativas de fatos míticos e ancestrais acabam sendo relegadas para um segundo plano no advento da modernidade, quando a ciência se torna o bastião da verdade. Produções que não passavam pelo crivo do método científico eram consideradas crenças populares e sandices

cotidianas. Contos, fábulas, relatos e conhecimentos tradicionais foram relegados a um saber menos curvado ao cientificismo moderno. Por seu caráter erudito, algumas literaturas conseguem escapar da sanha científica, mas tal movimento elitiza ainda mais a cultura escrita em tempos que ser letrado era privilégio de poucos.

Literatura ou qualquer narrativa para crianças eram consideradas meros aparatos lúdicos para moralizar as novas gerações. A própria categoria de infância era bem diferente do nosso contexto atual. Devido às questões sociais e econômicas da modernidade, as crianças eram vistas como adultos em miniatura com poucas chances de se maturarem biologicamente (Ariès, 1981). A mortalidade infantil fazia com que crianças fossem uma preocupação menor para um mundo adultocêntrico preocupado com inovações científicas e progressos civilizatórios.

A infância passa a se tornar algo de grande importância para a sociedade quando o modelo econômico cria as classes trabalhadoras. Hoje, as crianças precisavam estar em ambientes separados de suas famílias se preparando para ocuparem os postos de trabalho que um dia seus pais irão abandonar. Com o crescente avanço tecnológico, cada vez mais e mais as crianças precisavam se capacitar profissionalmente para o mundo do trabalho. A escola no modelo de profissionalização não tem espaço para literaturas que proporcionam reflexões, críticas e imersões em outros contextos culturais. A cultura escrita na escola no modelo da educação bancária (Freire, 2020) é apenas mais um dos códigos a serem assimilados com o objetivo de reproduzir paradigmas e concluir tarefas.

Por isso, a educação é um dos instrumentos mais importantes no funcionamento democrático de qualquer sociedade, pois ela forma os indivíduos que compõem a comunidade, no campo das políticas, das culturas e das economias. É importante que as experiências pedagógicas das instituições escolares pensem não só na formação de indivíduos que irão compor uma sociedade ética e moral, nem na formação de bons cidadãos que irão manter o sistema capitalizado de vida. Precisamos pensar em

uma educação crítica que consiga formar individualmente sujeitos que explorem e vivam seus potenciais.

Quando vivemos em uma sociedade fundamentada em desigualdades históricas, como o Brasil e seu passado escravocrata e colonial, a educação se torna uma ferramenta de transformação social. Não à toa, ela foi proibida para pessoas negras no período da escravização e hoje é ofertada de forma sucateada e esvaziada para populações não-brancas e marginalizadas. Apesar dessas dificuldades, há uma crescente de professoras e professores que buscam uma educação que respeite a diversidade e valorize as identidades negras como potência plural em nossa sociedade.

Desde antes da implementação da lei 10639/03 (Brasil, 2003), que torna obrigatório o ensino de cultura e história africana e afro-brasileira na educação básica brasileira, histórias, contos, fábulas e lendas carregadas de ancestralidade se tornam elementos cruciais na mudança de paradigma. A lei, que recentemente completou vinte anos, foi resultado de anos de luta do movimento negro que buscou através da educação uma maior valorização da história e cultura africana e afro-brasileira. A literatura, sobretudo a infantil, na busca de referenciais e conteúdos didáticos para serem abordados em sala de aula, torna-se a principal linguagem no contexto escolar para lidar com as relações raciais.

Portanto, o presente trabalho propõe uma discussão sobre a importância da literatura infantil de bell hooks na construção da identidade negra de crianças de uma escola pública de ensino fundamental brasileira. A escola é uma importante instituição na luta contra o racismo. No Brasil, crianças já na primeira infância sentem o impacto do racismo em suas vidas, como na exclusão de espaços e no tratamento “diferenciado” (Cavalleiro, 2012). Por essa razão, é urgente um trabalho sobre as discussões raciais nas escolas.

A literatura infantil de bell hooks traz importantes aspectos para a construção da identidade negra, inspirando a transgredir com o silêncio imposto pelo racismo nas salas de aulas e a criar um ambiente antirracista, onde as diferenças são bem-vindas. Em livros como *Meu crespo é de rainha*, hooks narra como os cabelos de meninas negras são plurais entre si, com diferentes texturas, cheiros e penteados, enfatizando assim a diversidade que a identidade negra carrega.

Esse movimento rompe com um imaginário essencialista que delimita corpos e mentes negras, sobretudo nas infâncias, em um lugar estereotipado e caricato. Fazendo uso dessas narrativas, que valorizam estéticas negras, como o cabelo, a dança e a música, temos a oportunidade de apresentar outros jeitos de se pentear, de se vestir e de se portar no mundo, valorizando a realidade de muitas crianças negras que não têm a oportunidade de se sentirem pertencentes a um ideal de beleza. hooks (2017) inspira a educação como uma prática de liberdade, ao focar na diversidade como algo contributivo à vida em comunidade.

O presente artigo tratará de dois tópicos distintos, iniciando com uma reflexão bibliográfica e teórica das relações raciais entre Brasil e Estados Unidos para, em seguida, encontrar, nas práticas realizadas por nós autores, possibilidades pedagógicas de valorização da identidade negra por meio da literatura. No primeiro tópico, abordaremos como o racismo à brasileira, e sua categoria de democracia racial, não passam de mitos impostos para diluir a discussão das relações raciais no país. Com hooks (2017; 2019), Fernandes (2007) e Telles (2003), traçamos paralelos entre o racismo institucional dos Estados Unidos e suas formas de identificação baseadas na hipodescendência, com o racismo velado, porém estruturante, que, apesar de uma forçada miscigenação, mantém um inconsciente coletivo onde pessoas negras são inferiorizadas, e conseqüentemente vitimizadas pelos efeitos nefastos da desigualdade social. No segundo, discutiremos as implicações do racismo no contexto escolar a partir das considerações de Cavalleiro (2012) sobre o silenciamento frente ao racismo e de

Dahia (2008) sobre o riso e a chacota como artifícios para velar o preconceito racial. Ademais, propomos possibilidades de práticas antirracistas e discutimos brevemente os resultados.

CONTEXTUALIZANDO O RACISMO À BRASILEIRA

A população negra brasileira, apesar de ser um dos alicerces culturais, econômicos e políticos para o estado nação que conhecemos como Brasil, hoje ficou reconhecida por contribuir a sua pátria apenas em elementos lúdicos, como a música, a dança e o futebol. Entre malandros, “mulatas”, sambistas, passistas e futebolistas, corpos e mentes negras acabaram sendo valorizados apenas pelo quanto podiam entreter uma elite carente de referências próprias a níveis internacionais. Ao reconhecer que não seria possível dar fim a tonalidade mais escura de sua pátria, mesmo com tentativas hediondas como as políticas eugenistas, o estado brasileiro buscou embranquecer a ludicidade negra e criar uma identidade nacional.

A partir do começo da década de 1950, com a decadência do eurocentrismo e o inalcançável sonho americano, buscou-se por esses trópicos criar uma identidade devidamente brasileira abraçando o lúdico negro, deixando de lado qualquer suposto obscurantismo ou primitivismo nos confins das antigas senzalas.

O embranquecimento no Brasil se fez com a elitização do samba, a importação do carnaval, a exploração da mulher negra, a comercialização do futebol, dentre outros fatores. Todo esse imaginário social é justificado nos cotidianos com piadas e anedotas, sendo institucionalizado através do rádio, do cinema e da literatura, sobretudo na literatura infantil, como vemos no clássico e controverso *Sítio do Picapau Amarelo* (1920), de Monteiro Lobato (1882-1948), um eugenista confesso, vide a sua tentativa de publicação nos Estados Unidos d'*O presidente negro*¹.

¹ Mais detalhes em: Smaniotto, E. I. (2010/10/29). *O presidente negro: Síntese do pensamento racista de Monteiro Lobato. Portal Geledés*, from <https://www.geledes.org.br/o-presidente-negro-sintese-pensamento-racista-de-monteiro-lobato/>

Florestan Fernandes (2007), em seu “O negro no mundo dos brancos”, tenta dissecar ainda mais os problemas raciais no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Dando continuidade a estudos que se originam quase que em simultâneo com o pensamento sociológico brasileiro nos anos 1950, Fernandes aponta os paradigmas alicerçais das estruturas do racismo à brasileira. Um dos grandes problemas do “preconceito de cor” brasileiro acontece na própria maneira como este é percebido pela população brasileiro: existem racismo e racistas, mas ninguém se considera um.

Fernandes aponta: “o que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do “preconceito de cor” é a tendência a considerá-lo algo ultrajante (para quem o sofre) e degradante (para quem o pratique)” (2007: 38). Em outras palavras, o racismo à brasileira é ultrajante, mas ninguém se degradaria ao ponto, pois vivemos uma democracia racial, bem diferente de países que praticam a segregação judicial como os EUA, por exemplo. Apesar dos problemas raciais no Brasil aqui não tivemos leis efetivas de discriminação entre pessoas brancas, como lugares específicos em ônibus e estabelecimentos.

De fato, a tentativa de amenização deste problema racial é oriunda das classes brancas dominantes, que apesar de todo poder econômico, político e social viviam um grande medo, mesmo antes da abolição, de uma possível revolta, nos moldes do Haiti, das populações descendentes de africanos. O Haiti foi a única república das Américas a conseguir sua independência através de uma revolta de escravizados. Tentando amenizar essa possível tensão, tentou se introjetar na sociedade brasileira desde então a existência de uma democracia de raças, onde negros e brancos, e os diferentes estratos dérmicos e sociais entre eles, viveriam uma certa harmonia, apesar das reconhecidas dificuldades que as pessoas de pele mais negra viviam. Acreditava-se que a experiência brasileira, por ser tão cordial, poderia servir de exemplo para os problemas raciais de outras nações, como foi o caso da pesquisa da UNESCO nos anos 1950 no Brasil.

Muito se acreditava que o Brasil viveria e elaboraria ainda mais sua harmonia racial conforme as chagas da escravidão fossem curadas no país, e grande parte dessa possível cura aconteceria por causa de uma experiência típica brasileira: a miscigenação. Se brancos e negros conseguiram se relacionar ao ponto, era de se esperar que com o tempo essa herança negra brasileira da escravidão iria ser diluída na população brasileira conforme negros se tornavam mais parecidos com os brancos. Aproximar os negros dos brancos no Brasil seria tanto uma metáfora política para apagar as desigualdades raciais brasileiras, como uma tentativa de miscigenar o negro o suficiente para que ele se tornasse branco demograficamente num tom agradável para a elite dominante brasileira.

Desta maneira, a indiferença branca para o real problema racial brasileiro tornou a democracia racial um mito cruel para negros e negros no Brasil. Cruel porque a população negra teve pouquíssimo amparo jurídico e social no pós-abolição, na virada do século XIX para o XX, dificultando a conquista autônoma de um bem estar social. Mito porque o que era pregado pela parcela branca dominante sobre a harmonia entre negros e brancos não existia. Estes estavam pouco interessados, agindo de maneira totalmente indiferente, para aplicar políticas que de fato proporcionassem a superação do problema racial do país. Florestan Fernandes comenta sobre essa relação da indiferença branca a realidade negra:

Sob a égide da ideia de democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição (2007, p. 45).

A grande realidade é que, dentro deste paradigma, no começo do século XX, as pessoas negras lutavam para se adaptar a este novo regime da vida urbana com o trabalho livre e industrializado. É um fato que existiram pessoas negras que

conseguiram se adaptar a estes novos modelos de vida social, principalmente no movimento da segunda industrialização – como nos diz Fernandes após 1945 – da região sul brasileira, diga-se de passagem, no eixo Rio-São Paulo. Este movimento de ascensão social acontecia desde então a partir do processo de miscigenação, como vemos, por exemplo, no quadro de Modesto Brocos, "A redenção de Cam" (Figura 1).



Figura 1. "A Redenção de Cam"

De Modesto Broco, 1895

Reconhecendo todas estas dificuldades que a sociedade brasileira já vivia em meados dos anos 1950, Florestan Fernandes começava a traçar possíveis conquistas ou retrocessos que a integração racial poderia ter aqui. De certa forma, o autor age com otimismo acreditando que um dia o Brasil poderia, de fato, tornar-se "a primeira grande democracia racial do mundo criado pela expansão da civilização ocidental

moderna" (2013, p. 46). É uma pena que, décadas depois, vejamos que ainda estamos lutando para viver uma democracia de fato, vide todos os retrocessos que vivemos hoje em dia.

Observando o caso dos Estados Unidos, bell hooks (2017), ao retornar às suas memórias de infância, relata sua experiência como estudante nos anos 1950, período da transição da segregação e escolas mistas. As escolas estatais brancas, apesar de serem vistas como superiores às negras, ao serem obrigadas a dar fim a segregação, tornaram-se um ambiente hostil para crianças negras . Professoras brancas, um currículo branco e um racismo histórico fazem com que as referências apresentadas na escola branca fossem nocivas à jovem bell hooks, o que a fez desejar retornar à escola de seu bairro.

Em seu ensaio "Olhares negros" ("Black Looks: Race and Representation"), a autora aponta as dificuldades de reconhecer o imaginário social, como suas imagens, códigos, sons e letras são fundamentais para uma conscientização crítica.

Muita gente nos Estados Unidos resiste à ideia de que as imagens têm uma intenção ideológica. Isso também é verdade para o público negro. Um questionamento crítico implacável às vezes é a única prática capaz de perfurar a barreira de negação que os consumidores de imagens constroem para não ter que encarar o quanto o mundo real da criação de imagens é político — e que a política da dominação influencia a forma como a grande maioria das imagens que consumimos é elaborada e comercializada (hooks, 2019, p. 36).

Edward Telles, ao repensar as relações raciais do Brasil no décimo capítulo de seu livro *Racismo à brasileira* (2003), apresenta algumas comparações para se aprofundar mais na questão racial de nosso país. Segundo o autor, o primeiro movimento expressivo de estudos raciais no Brasil se deu a partir dos anos 1930, com um movimento de pesquisadores estadunidenses no norte e nordeste brasileiro. Tais pesquisadores

buscavam comparar as relações de raça no Brasil com o caso dos EUA e, ao se depararem com uma sociedade miscigenada e mais harmônica, em questão de tensões raciais, acreditavam que o Brasil não vivia nem de perto o drama da segregação *Jim Crow*.

O Brasil não viveu, com as mesmas proporções, políticas institucionalizadas que segregassem negros de brancos, porém, não era possível generalizar tais dinâmicas imaginando que elas representassem um paraíso racial em todo Brasil. Não à toa, o principal teórico brasileiro sobre o assunto se tornou Gilberto Freyre (1900-1987), em comunhão com as teorias estadunidenses, o autor clamava pelos bens da miscigenação de uma suposta democracia racial. No norte brasileiro não se vivia uma harmonia de raças, e os pesquisadores estadunidenses apenas encontraram um país bem mais cordial nas relações raciais. Isso não quer dizer que negros e brancos não vivessem uma grande distância social, política e econômica, principalmente nos estados do sul do Brasil, onde o racismo se tonalizava de forma mais evidente e significativa.

A grande reviravolta nos estudos raciais no Brasil se dá exatamente na virada crítica, quando pesquisadores do sul brasileiro começam a analisar as relações raciais em busca de questionar o mito da democracia racial brasileira. Ainda nos anos 1950, nomes como Alberto Ramos, Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento e o já citado Florestan Fernandes começavam a analisar as desigualdades raciais no Brasil de maneira mais crítica, percebendo que existiam poucas diferenças efetivas entre outros sistemas de dominação racial pelo mundo. Desde então, pesquisadores começam a assumir a existência de um racismo à brasileira, com suas características específicas, mas que oprime e mantém a margem da desigualdade de pessoas negras.

A partir desta perspectiva, Edward Telles (2003) começa a discorrer sobre as questões raciais do Brasil por outro sistema comparativo. Desta vez, ele realiza uma comparação direta, em dois níveis diferentes de análise (vertical e horizontal), com o

caso dos Estados Unidos. A diferença primordial entre as duas estruturas raciais dos dois países está na maneira em como uma pessoa é declarada negra. Enquanto nos Estados Unidos reinou a hipodescendência, onde era preciso a existência de um único antepassado próximo para a classificação como negra, no Brasil esta classificação se dá de maneira mais fluida e complexa.

Tudo depende, principalmente, de como as duas sociedades lidam com a miscigenação e o destino de suas pessoas negras. Enquanto, nos EUA, existia uma segregação quase que instantânea para qualquer pessoa que apresentasse fenotipicamente a presença negra em sua herança, no Brasil, pessoas pardas conseguiam circular e ascender com certa oportunidade. De modo que os pardos brasileiros poderiam viver bem em uma suposta democracia racial entre os brancos de melhores condições sociais. Ao passo que, nos EUA, foi necessário para a maioria destes pardos adquirir uma consciência racial e se organizar politicamente em prol de direitos.

A primeira categoria de análise de Telles das relações raciais é a vertical, na qual o autor apresenta diferenças entre negros e brancos na pirâmide social de ambos países. Enquanto nos EUA, devido à estabilidade econômica, negros conseguiam ascender socialmente, mesmo sofrendo com a segregação política, no Brasil, devido à hiper desigualdade, negros sofriam com as mazelas sociais. Em ambos os países existia uma certa quantidade de brancos ocupando a base da pirâmide social, mas nos EUA, mesmo com a segregação, negros conseguiam ascender socialmente.

É neste ponto que encontramos a importância da segunda categoria de análise do autor, a das relações raciais horizontais. Nos EUA, era raro que negros vivessem, casassem e tivessem filhos com brancos devido a um racismo estrutural segregado, enquanto no Brasil isso era possível. Principalmente, pela dificuldade de

definição do que é ser negro no Brasil, já que muitos “mulatos” conseguiam flutuar por ambas categorias, mesmo vivendo as dores ao circular por ambas as partes.

As relações raciais verticais e horizontais no Brasil e nos EUA apresentam diversos paradoxos, fazendo com que, em nenhuma das sociedades, pessoas negras consigam viver uma vida realmente livre das amarras do racismo, seja ele sutil ou não. Cada vez mais precisamos repensar as nossas relações raciais e nos conscientizar em uma sociedade que possa, enfim, ser considerada uma democracia entre todas nossas desigualdades.

É um desafio não só de pessoas negras lidar com os assombros do racismo. hooks aponta algumas dificuldades das relações raciais em seu país que nos permitem tecer paralelos com a experiência brasileira.

Teorizar a experiência de ser negra nos Estados Unidos é uma tarefa difícil. Socializadas no interior de sistemas educacionais supremacistas brancos e por uma mídia de massa racista, muitas pessoas negras são convencidas de que nossas vidas não são complexas e, portanto, não são dignas de reflexões e análises críticas sofisticadas. Mesmo aqueles que estão, com razão, empenhados na luta pela libertação dos negros, que sentem ter descolonizado suas mentes, com frequência acham difícil “falar” da nossa experiência. Quanto mais dolorosas as questões que confrontamos, maior a nossa falta de articulação (hooks, 2019, p. 32).

Se, para adultos, lidar com as consequências traumáticas das relações raciais é uma dificuldade, para crianças tais questões também são sombrias, pois elas se juntam ao grupo de experiências novas e descobertas que povoam a infância. Muitas vezes, essas crianças não podem contar com um adulto, sejam pessoas negras ou brancas, que saiba mediar tais questões que irão aparecer em qualquer sociedade racializada.

A importância de representações positivas de pessoas negras desde a infância fica evidente com essa explanação. Reconhecer a negritude e abraçar a identidade

negra é uma maneira de romper com o sistemático racismo à brasileira, que se perpetua inconscientemente em pequenos elementos do nosso cotidiano. A literatura infantil aparece como contraponto a esse racismo simbólico por oferecer às crianças, e aos adultos que mediam a leitura, outras referências estéticas, políticas e culturais.

FACETAS DO RACISMO ESCOLAR E POSSIBILIDADES DE VALORIZAÇÃO NEGRA

O racismo na escola é uma realidade que professoras e professores preferem ignorar. Ecoando os fantasmas da democracia racial do pós-abolição, a educação prefere silenciar a realidade gritante das desigualdades raciais. Eliane Cavalleiro aponta que “Crianças em idade pré-escolar já interiorizam ideias preconceituosas que incluem a cor da pele como elemento definidor de qualidades pessoais” (2021, p. 197).

Disfarçado de brincadeiras e provocações, o racismo nos cotidianos escolares passa batido pela questão racial, sendo considerado um tema há muito tempo superado. Sandra Dahia afirma que “o riso, o deboche, o jeitinho brasileiro, ou seja, o modelo ambíguo selecionado para expressar o preconceito racial contra o negro no Brasil, parece remeter uma lógica própria ao universo inconsciente” (2008, p. 374).

Abordar o humor é um ato pioneiro nos estudos das relações raciais brasileiras, não por ser considerado menos importante, mas por ser uma categoria de análise mais inconsciente na sociedade, o que não a torna nem um pouco menos importante. Acreditamos que a questão do humor, principalmente nos caminhos que foram conduzidos pela autora Sandra Dahia, esteja colocada dentro do espectro dos estudos sobre a branquitude. Apesar de o humor ser um elemento muito curioso para se pensar nas formas lúdicas de resistência e reinvenção que a população da diáspora negra fez e faz uso até hoje, a autora pondera que o riso é uma solução intermediária para o racismo brasileiro.

Os entrelaçamentos entre corporeidade, estética e identidade ao humor são pontos cruciais do entendimento dos estudos das relações étnico raciais no Brasil. Muito se fala sobre a questão do corpo, principalmente do cabelo, como um dos pontos iniciais da conscientização racial para muitas pessoas negras. Por ter relações estreitas com a psicologia social, no que tange à aceitação estética, o tema dos cabelos às vezes acaba por ser um dos assuntos mais comentados.

A ridicularização de características tão fundamentais para a população negra é uma forma de inferiorizar suas estéticas. Atribuir a essas características fenotípicas, até em maneira de chacota, um certo tipo de inferioridade é considerá-las menos humanas, tomando como padrão a branquitude de sempre. Cavalleiro nos situa que “a escola oferece aos alunos, brancos e negros, oportunidades diferentes para se sentirem aceitos, respeitados e positivamente participantes da sociedade brasileira. A origem étnica condiciona um tratamento diferenciado na escola” (2012, p. 198).

O riso, a piada e a zoação são práticas comuns entre crianças em relação ao estranhamento da racialidade e de questões pessoais, como a própria questão da estética dos cabelos e traços do rosto. Uma das artimanhas mais perversas do racismo está na condição de riso, chacota, humilhação entre crianças negras que transgridem o esperado e imposto pela branquitude. Crianças negras que assumem seus cabelos naturais muitas vezes são alvo de brincadeiras inapropriadas de seus próprios colegas brancos, e até de colegas negros, que raspam ou alisam o cabelo.

O desejo de ser branco é um obstáculo frequente para a aceitação da própria identidade negra:

Pode-se afirmar que essa linguagem contribui para condicionar os negros ao fracasso, à submissão e ao medo, visto que parte das experiências vividas na escola é marcada por humilhações. Em relação a sua origem étnica, experiências sociais positivas são quase inexistentes, o que lhes impossibilita a construção da auto-estima. E essa criança experimenta o desejo, impossível, de tornar-se branca e eliminar, assim, a cor

indesejável, característica mais perceptível que a liga a seu grupo de pertencimento, o negro (Cavalleiro, 2012, p. 200).

Portanto, para romper com o silêncio do racismo escolar na escola em que atuamos, buscamos possibilidades pedagógicas que não lidem com a diversidade racial como um tabu. Não encaramos a raça como um tema a não ser debatido. A pluralidade de tons de pele, de traços fenóticos, de texturas e penteados de cabelos são elementos que enriquecem o cotidiano escolar e combatem o ideal de padrão estético.

Atuamos em uma escola situada em Manguinhos, mais um dos inúmeros territórios conflagrados na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Devido a questões de segurança pública, como confrontos armados entre policiais e agentes do narcotráfico, as comunidades, favelas e vielas pertencentes ao Complexo de Manguinhos são marcadas pela desigualdade social e racial. Raça e classe social se entremeiam em um ciclo vicioso onde senso comuns são reproduzidos por gerações, possibilitando poucas chances de ruptura ao imposto.

Dentro desse contexto, encontramos na literatura uma aliada para combater o histórico silêncio que mantém viva as desigualdades do racismo. Ao invés de lidarmos com a questão racial apenas no ponto da denúncia e da crítica, usamos a leveza da literatura para trabalhar com essas questões de maneira lúdica, interessante e poética. Escolhemos o livro *Meu crespo é de rainha (Happy to be Nappy)*, da autora bell hooks (2018), por se tratar de uma narrativa que valoriza a pluralidade de texturas, cortes e penteados de cabelos em crianças negras.

Trabalhamos com turmas do ensino fundamental em momentos distintos: uma do segundo ano, que comporta crianças de sete a nove anos; e outra do terceiro ano, com crianças de oito a dez anos. As duas turmas são compostas majoritariamente por crianças negras com diferentes tons de pele, mesmo que ainda não reconheçam a sua identidade negra. Há também crianças brancas, sobretudo

filhas de imigrantes nordestinas, que compartilham a realidade social do restante da escola.



Figura 2. Projeção do livro em sala

Fotografia tirada pelos autores

Primeiramente, projetamos o livro no quadro, o que enfatizou a potência das ilustrações. Em seguida, contamos a história, ressaltando a poesia das palavras de hooks, como também incentivando os alunos a comentarem suas impressões com a experiência compartilhada de leitura. A experiência foi produtiva, algumas crianças se divertiram em observar a quantidade de cabelos e penteados, como também os diferentes tons de pele das personagens das ilustrações. Algumas se familiarizaram com cortes que recordavam seus cotidianos, como as tranças, o raspado disfarçado e o *black*.

Comparações aconteceram, como era de se esperar. Felizmente, a maioria dessas comparações foram positivas, tendo apenas um caso em que um aluno comentou que uma das colegas estava cheia de piolhos na cabeça. O professor da turma em questão tentou compreender o que levava a criança a chegar a essa

constatação e observou que o estilo dos cortes raspados e dos biotes fizeram o menino achar que as bolinhas pretas eram piolhos, o que logo foi explicado.

Fizemos uma roda de conversas, e as crianças foram comentando suas percepções sobre a história. Foi pedido que elas, ao término de suas colocações, nomeassem o seu cabelo com apenas uma palavra. Originou-se daí uma nuvem com de palavras que refletia coletivamente a experiência da turma com seus cabelos depois de ler o *Meu crespo é de rainha*.

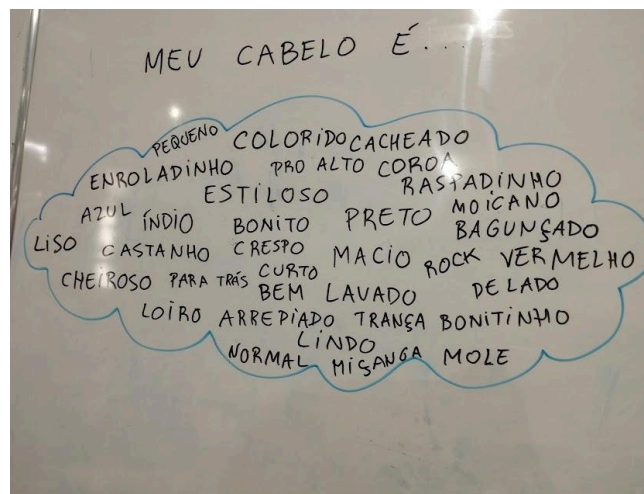


Figura 3. Nuvem de palavras

Idem

Após a leitura e as trocas sobre as impressões, a turma se organizou para produzir seus próprios bonecos e cabelos em desenhos, recortes e colagens inspirados pelas ilustrações. Usando um espelho, elas foram instigadas a reproduzirem seu próprio reflexo nos bonecos e a representar seus cabelos com papéis de diferentes cores. Montar os cabelos foi uma experiência à parte, pois fez as crianças pensarem em texturas, colorações e penteados em outra perspectiva além do desenho. Usar papéis em recorte e colagem foi uma forma de as crianças sentirem seus cabelos de um jeito diferente, reproduzindo em outro modelo sua própria representação capilar.



Figura 4. Boneco e cabelos

Idem

A autorretratação é um exercício importante para crianças negras que não encontram seu reflexo em figuras públicas da sociedade como professores, políticos, celebridades e grandes profissionais. Valorizar sua identidade é uma forma de reconhecer que elas são potências só por serem o que são e, assim, podem almejar se tornar referências futuramente. É importante também fazer crianças brancas refletirem que, mesmo encontrando com facilidade referências estéticas que se assemelham com a sua racialidade, devem compreender a diversidade de representações e os processos históricos que criam essa disparidade. O combate ao racismo é dever de todos, sobretudo daqueles que vivem os privilégios dele.



Figura 5. Confeção dos bonecos

Idem

A atividade de releitura do livro foi uma experiência em que as crianças recontaram as palavras de hooks que valorizam a diversidade, reconhecendo-as como potência em um grupo tão distinto. É com as diferenças que nos encontramos e tecemos nossos laços coletivos. Para celebrarmos essa união no que nos difere, reunimos todos os bonecos produzidos em um cartaz que ficou exposto em um mural no corredor da escola, dando a oportunidade de outras crianças e o restante da comunidade escolar saborear um pouco da experiência que vivenciamos.



Figura 6. Mural da atividade

Idem

Outra atividade desenvolvida com as crianças foi a construção e a prática do jogo da memória. Para essa atividade, elas precisavam colorir as figuras, recortar e colar em cartolina e analisar os penteados presentes no jogo. Nesse momento, algumas crianças se reconheceram e fizeram relatos de suas experiências.



Figura 7. Jogo dos penteados

Parte do material desenvolvido pelos autores

Como ilustra a figura 7, ao jogar, as crianças precisam associar como pares a imagem e o nome do penteado que se relacionavam. Nesse momento, foi possível não só discutirmos as regras do jogo, como também explorar possibilidades estéticas para cabelos crespos, valorizando a sua beleza, e aproveitando a ludicidade própria de jogos e brincadeiras.



Figura 8. Jogo da memória
Fotografia tirada pelos autores

De modo geral, desde a leitura até a realização das atividades, a nossa proposta gerou amplo engajamento das crianças. A prática educacional antirracista é uma poderosa ferramenta de conscientização, transformação e transgressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta pedagógica buscou romper com o atraso de nosso passado colonial que, infelizmente, ainda é muito vivo nos cotidianos escolares. Pensando em ontem, hoje e amanhã, concordamos com as considerações de Cavalleiro ao apontar que,

Na escola, a vergonha de hoje somada à de ontem e, muito provavelmente, à de amanhã leva a criança negra a reprimir suas emoções, conter os seus gestos e falas para, quem sabe, passar despercebida num espaço que não é o seu. A escola, penso, representa um espaço que não pertence, de fato, à criança negra. Pois não há sequer um indício de inclusão, exceto a sua presença física (Cavalleiro, 2012, p. 203).

Quando elaboramos práticas pedagógicas que ao invés de excluírem e proporcionarem o fracasso escolar de crianças negras estamos nos disponibilizando a criar uma comunidade de aprendizado e escuta como bell hooks (2017) nos inspira a transgredir. Essas práticas elaboradas enfatizam, afirmam as identidades negras, valorizando a estética de fenótipos e penteados negros. Ao reconhecer as especificidades de uma turma de crianças e do território que elas habitam e levar essas complexas questões para dentro de sala de aula, estamos contribuindo para a valorização e o empoderamento de crianças negras, como também brancas, para que alcancem seus potenciais e sonhos.

Para superar os contínuos do racismo à brasileira, precisamos quebrar o silêncio atribuído às discussões raciais. Longe de serem tabu, elas são elementos fundantes de nossa sociedade. Ao valorizarmos as estéticas e identidades negras na infância, estamos dando os primeiros passos para o sonho coletivo que é ver o racismo como um mero pesadelo passado.

REFERÊNCIAS

- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. 2. ed. São Paulo: TLC. Brasil. *Presidência da República*. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.
- Dahia, S. L. M. (2008). A Mediação do Riso na Expressão e Consolidação do Racismo no Brasil. *Sociedade e Estado*, 23(3), 697-720.
- Cavalleiro, E. S. (2012). *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Fernandes, F. (2007). *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global.
- Freire, P. (2020). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra.
- Hooks, B. (2017). *Ensinando a transgredir: Educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Wmf Martins Fontes.
- Hooks, B. (2018). *Meu crespo é de rainha*. São Paulo: Boitatá.
- Hooks, B. (2019). *Olhares negros: Raça e representação*. São Paulo: Editora Elefante.
- Telles, E. (2003). *Racismo à Brasileira: Uma nova perspectiva sociológica*. Trad. Ana Arruda Callado, Nadjeda Rodrigues Marques, e Camila Olsen. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford.